



Câmara Municipal de Fortaleza

Comissão de Defesa dos Direitos Humanos, da Mulher, da Juventude, da Criança e do Idoso

Ata da Reunião da Comissão de Defesa dos Direitos Humanos, da Mulher, da Juventude, da Criança e do Idoso – CDDH/CMF

Aos 06 dias de março de 2017, às 9h, na sala das comissões, anexa ao plenário, foi realizada reunião ordinária da Comissão de Defesa dos Direitos Humanos, da Mulher, da Juventude, da Criança e do Idoso da Câmara Municipal de Fortaleza. Estiveram presentes os(as) vereadores(as) Larissa Gaspar (PPL), na condição de Presidenta da Comissão, Priscila Costa (PRTB), Vice-Presidente, Emanuel Acrízio (PRP), Eliana Gomes (PC do B), Marília do Posto (PRP), todos membros desta Comissão, bem como, Marcos Stenio Figueiredo, Coordenador das Comissões e a Dra. Nadja Bortolothi, advogada do Escritório de Direitos Humanos e Assessoria Jurídica Dom Aloisio Lorscheider (EDHAL), vinculado à Câmara. No que se refere à pauta da reunião, foram apreciados e aprovados os seguintes projetos de lei: 192/2010, de autoria do Vereador Adail Junior; 128/2006, do Vereador Iraguassú Texeira; os referidos projetos de lei versam, respectivamente, sobre a colocação de sinalização em braile nos semáforos de pedestres e sobre o acesso e permanência da pessoa portadora de deficiência visual acompanhada por cão-guia em determinados locais. Também foram apreciados e aprovados os seguintes requerimentos: 447/2017, de autoria do Vereador Jorge Pinheiro; 487/2017, da Vereadora Priscila Costa. Na ocasião da reunião, foi conversado sobre o Seminário de Posse Popular da Comissão de Direitos Humanos, tendo havido consenso entre os vereadores para o adiamento da realização do seminário, que estava previsto para a sexta-feira, dia 10 março, tendo ficado indicada a data do dia 17 de março. Esse adiamento se deu por conta da mobilização, em virtude da morte brutal da travesti Dandara, que ficou agendada para o mesmo dia e horário e terá a participação de alguns membros da Comissão. Foi apresentada uma proposta de programação para o seminário, indicando nomes para a escolha de um palestrante. Os vereadores ficaram de sugerir nomes para serem avaliados na próxima reunião, em que será feita a proposta final de programação deste. Após esse tema, passaram a discutir a constituição e regulamentação do Conselho Consultivo do Escritório de Direitos Humanos e Assessoria Jurídica Dom Aloísio Lorscheider – EDHAL. Para a composição do Conselho Consultivo, a minuta da resolução prevê várias representações de entidades e movimentos sociais, além de representantes de universidades públicas, faculdades privadas, comissões de direitos humanos. A Vice- Presidente desta Comissão, Vereadora Priscila Costa



Câmara Municipal de Fortaleza

Comissão de Defesa dos Direitos Humanos, da Mulher, da Juventude, da Criança e do Idoso

(PRTB), apresentou sugestões de movimentos para compor o Conselho Consultivo do EDHAL, dentre eles: um representante do movimento em defesa da vida (pró-vida), do movimento em defesa dos moradores de rua, de entidade religiosa, do movimento dos agentes de segurança, da pastoral da família e do movimento de combate às drogas e álcool. As propostas foram acolhidas, na sua maioria, tendo sido feitas algumas modificações, quais sejam: o representante da pastoral da família foi substituído por “representante do movimento em defesa da família”, o termo “pró-vida” foi retirado, ficando na descrição apenas “representante de movimento em defesa da vida do nascituro” e, por último, a descrição “representante de entidade religiosa” foi substituída por “representante de movimentos religiosos”. A proposição que mais ensejou discussão foi a da inclusão dos agentes de segurança no Conselho. A Presidente da Comissão, Vereadora Larissa Gaspar (PPL), fez um contraponto, argumentando que na forma proposta há uma limitação, ficando a participação restrita a uma categoria profissional. Após manifestação dos vereadores e de representantes de movimentos que ali estavam, houve a sugestão de alterar para “representante de movimento da segurança pública”, mas não houve consenso entre os membros, pelo que a votação da minuta ficou adiada para a próxima reunião. Na reunião, ainda foi acordada a inclusão de um representante do movimento pelo direito à comunicação e de um representante do movimento da juventude. Nada Mais havendo a tratar, a Senhora Presidenta encerrou a reunião.

Fortaleza, 06 de março de 2017.

Vereadores(as) Presentes:

Larissa Gaspar (PPL) – Presidenta 

Priscila Costa (PRTB) – Vice-Presidente

Emanuel Acrízio (PRP)

Eliana Gomes (PC do B)

Marília do Posto (PRP)



Câmara Municipal de Fortaleza

Comissão de Defesa dos Direitos Humanos, da Mulher, da Juventude, da Criança e do Idoso

RELATÓRIO DE VISITA

Aos 06 dias de março de 2017, às 15h, foi realizada visita da Comissão de Defesa dos Direitos Humanos, da Mulher, da Juventude, da Criança e do Idoso da Câmara Municipal de Fortaleza ao equipamento de política pública municipal de atendimento às mulheres vítimas de violência, Centro de Referência da Mulher Francisca Clotilde. A visita foi solicitada pelo Vereador Guilherme Sampaio em seu Requerimento n. 0303/17. Estiveram presentes os(as) vereadores(as) Larissa Gaspar (PPL), na condição de Presidenta da Comissão, Emanuel Acrízio (PRP), Eliana Gomes (PC do B), Marília do Posto (PRP), todos estes membros da Comissão, Guilherme Sampaio (PT) e assessores. Além dos vereadores, estiveram presentes para prestar os devidos esclarecimentos quanto a situação dessa política: Roberta Lopes, coordenadora do CRM, Juliana Albuquerque (CRM), Suyanne Guedes (CRM), Camila Silveira (CEPAM). Foi informada à Comissão a situação geral dos equipamentos, sua estrutura física, a contratação de profissionais e outras questões relacionadas ao seu funcionamento. A Coordenadoria de Política para as Mulheres está funcionando apenas com sua coordenadora e um apoio administrativo; o Centro de Referência da Mulher Francisca Clotilde está com sua coordenadora e, recentemente, contratou duas profissionais, uma psicóloga e uma assistente social; a Casa Abrigo Margarida Alves não está funcionando por enquanto, por não terem sido realizadas as contratações dos profissionais. A Coordenadora Roberta Lopes informou que foi solicitado ao Secretário de Desenvolvimento Social, Direitos Humanos e Combate à Fome, Sr. Elpídio Nogueira, o retorno de boa parte da equipe anterior do CRM (2 advogadas, 1 assistente social e 1 psicóloga), para assim fazer um balanço com a contratação dos profissionais novos, ressaltando a importância da memória do serviço e de todo o acúmulo de experiência desses antigos profissionais, em que houve todo um investimento, considerando que esse serviço tem muitas especificidades. O horário de funcionamento do CRM é de 8h às 20h, incluindo sábados, domingos e feriados, mas, no momento, não há equipe suficiente para cobrir todo o horário. A Sra. Roberta ainda informou que a equipe necessária para esse atendimento é de 06 profissionais técnicos (03 advogadas, 02 assistente sociais e 01 psicólogas), sendo urgente a contratação destes, além de 03 profissionais de apoio administrativo. Para o funcionamento da Casa Abrigo, que é de 24hs, a Coordenadora mencionou a



Câmara Municipal de Fortaleza

Comissão de Defesa dos Direitos Humanos, da Mulher, da Juventude, da Criança e do Idoso

necessidade de 01 advogada, 01 psicóloga, 01 assistente social, 04 educadoras sociais e 01 educadora infantil, além de 01 apoio administrativo e 02 motoristas. Sobre o CRM, a Vereadora Eliana Gomes fez a observação de que a estrutura física deveria ser mais acolhedora, que apesar de já estarem há dois anos no atual endereço houve um retrocesso quanto a estrutura. Na fala da Sra. Camila Silveira, Coordenadora Especial de Políticas Públicas para as Mulheres do Gabinete do Governador, ficou evidenciado o caráter de urgência da questão em pauta, já que apresentou, na ocasião, diversos dados e informações sobre a violação de direitos das Mulheres em Fortaleza e no Estado. A Coordenadora do CEPAM falou sobre a Casa da Mulher Brasileira, equipamento que fará atendimento à mulheres vítimas de violência. Informou que este equipamento está em construção, já estando com 98% da obra concluída, sendo os recursos do Governo Federal. Mencionou que, a partir dessa verba, haverá uma melhoria na estrutura da Delegacia da Mulher, com a previsão de carros, equipamentos, armas, material de divulgação do serviço. Segundo as informações da Sra. Camila, a Casa da Mulher Brasileira contará com um Centro de Referência 24hs, Defensoria Pública, sala de autonomia econômica, sala do Ronda Maria da Penha, Delegacia 24hs (com 8 delegadas), também prevê atendimento especializado para egressas, mulheres de terreiro, trans, ciganas e indígenas. A Sra. Roberta, coordenadora do CRM informou que há uma proposta de parceria para somar os equipamentos, formando uma retaguarda para a atuação da Casa da Mulher Brasileira, nesse caso, o Centro de Referência Francisca Clotilde funcionaria dentro da estrutura física da Casa da Mulher Brasileira. O Vereador Guilherme Sampaio, autor do requerimento que solicitou a presente visita, ressaltou o fato de que, a partir dos serviços que serão ofertados pela Casa da Mulher Brasileira, a tendência é haver um aumento nas demandas tanto para o CRM, quanto para o Abrigo do município, o que torna o assunto ora tratado de extrema relevância. Questionou quanto a viabilidade do acolhimento solidário, se já existia e se poderia ser ampliado, e obteve resposta no sentido de que esse tipo de acolhimento coloca em risco a vida tanto da mulher que sofre violência quanto de quem a abriga, necessitando mesmo de investimento em formas de acolhimento que garantam a segurança dessa mulher. O vereador justificou a solicitação da visita em denúncias recebidas, fazendo menção ao que ele chamou de “desmonte dos equipamentos de atendimento às mulheres vítimas de violência”. Também trouxe a questão do corte de 30% dos profissionais terceirizados anunciado pela



Câmara Municipal de Fortaleza

Comissão de Defesa dos Direitos Humanos, da Mulher, da Juventude, da Criança e do Idoso

Prefeitura e de que, no caso da Secretaria de Direitos Humanos, teria sido este corte bem maior, cerca de 80%, não sendo razoável aplicar o corte de forma linear e generalizada, considerando que a estrutura dessa pasta sempre foi pequena, apesar de sua grande relevância e repercussão social. Com relação aos encaminhamentos, sugeriu que fosse feito o convite ao Secretário de Desenvolvimento Social, Direitos Humanos e Combate à Fome, Sr. Elpídio Nogueira, para sua participação na reunião desta Comissão, com vista a esclarecer e informar sobre a política municipal de atendimento às mulheres vítimas de violência. Além disso, propôs a realização de uma audiência pública sobre o tema. O Vereador ainda trouxe como proposta solicitar uma reunião diretamente com o Prefeito de Fortaleza. Ao final, a Presidenta da Comissão reforçou a importância da recomposição das equipes do Centro de Referência e da Casa Abrigo para garantir o pleno atendimento das mulheres em situação de violência, acolhendo as sugestões de encaminhamentos da visita, em seguida, foram encerrados os trabalhos.

Fortaleza, 06 de março de 2017.

Vereadores(as) Presentes:

Larissa Gaspar (PPL) – Presidenta

Larissa Gaspar

Emanuel Acrízio (PRP)

Eliana Gomes (PC do B)

Marília do Posto (PRP)



Câmara Municipal de Fortaleza
Coordenadoria das Comissões Técnicas
COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS, DA MULHER, DA JUVENTUDE, DA
CRIANÇA E DO IDOSO

FOLHA DE FREQUÊNCIA BIÊNIO 2017 / 2018

REUNIÃO DO DIA 06/03/2017.

MEMBRO EFETIVO	PARTIDO	ASSINATURA
LARISSA GASPAR (Presidente)	PPL	
PRISCILA COSTA (Vice-Presidente)	PRTB	
CÉLIO STUDART (Membro)	SD	
ELIANA GOMES (Membro)	PC do B	
MARÍLIA DO POSTO (Membro)	PRP	
EMANUEL ACRIZIO (Membro)	PRP	
MÁRCIO MARTINS (Membro)	PR	

MEMBRO SUBSTITUTO	PARTIDO	ASSINATURA

SEPLENTE EM EXERCÍCIO EM MANDATO	PARTIDO	ASSINATURA

Coordenadoria das Comissões Técnicas

Em 06/03/2017.



Câmara Municipal de Fortaleza
Coordenadoria das Comissões Técnicas

MATÉRIA APRECIADA NA REUNIÃO DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS, DA
MULHER, DA JUVENTUDE, DA CRIANÇA E DO IDOSO

DO DIA 06/03/2017

PROPOSITURAS APRECIADAS NA REUNIÃO COM PARECER FAVORÁVEL

Nº	PROPOSIÇÃO	AUTOR	RELATOR
1	Projeto de Lei n. 0128/06	Ver. Iraguassú Teixeira	Ver. Célio Studart
2	Projeto de Lei n. 0192/10	Ver. Adail Júnior	Márcio Martins

REQUERIMENTOS APROVADOS

Nº	PROPOSIÇÃO	AUTOR
01	Requerimento n. 0487/17	Ver. Priscila Costa
02	Requerimento n. 0447/17	Ver. Jorge Pinheiro